Relações Diplomáticas e Militares, entre Alemanha e Brasil, de 1937 a 1942

Andrea Helena Petry Rahmeier[1]

Resumo: O presente texto aborda as relações diplomáticas, políticas e militares entre Alemanha e Brasil. O trabalho inova em relação aos já existentes sobre essa temática, pois inverte a ótica de análise, investigando as ações diplomáticas, políticas e militares da Alemanha em relação ao Brasil. A base fundamental foi a documentação militar e diplomática existente no Arquivo Nacional Alemão (*Bundesarchiv*), tanto no departamento sobre os assuntos relacionados com o período da história alemã denominado de Reich (*Abteilung Deutsches Reich*), quanto no conjunto de documentação militar (*Abteilung Militärarchiv*); no Ministério das Relações Exteriores (*Auswäriges Amt*). Nestes arquivos, estão os registros governamentais do III Reich, tornando possível compreender a relação da Alemanha com o Brasil entre 1937 a 1942.

Palavras Chave: Alemanha; Brasil; relações exteriores;

Abstract: This text introduces the diplomatic, political and military relationship between Germany and Brazil. The current work innovates and shows to be singular comparing to the already existing texts that were previously wrote above the same area under discussion; explore the diplomatic, political and military relation, between Germany and Brasil based on the German point of view related to Brazil. The most important research basis was the military, diplomatic and political documentation found at the German National Archive (Bundesarchiv), at the section that has the documents of the historical period known as Reich (Abteilung Deutsches Reich) and at the military section (Abteilung Militärarchiv); at The Federal Foreign Office (Auswärtiges Amt). These offices own the III Reich governmental records that make it possible to understand the connections between Germany and Brazil, 1937 to 1942.

Key-Words: Germany; Brazil; external relations;

Este texto é uma apresentação das conclusões da tese "Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)", que aborda as relações exteriores, entre a Alemanha e o Brasil que, até 1937, estavam em franco aprofundamento e que, a partir de então, tiveram um constante declínio, chegando ao total rompimento em agosto de 1942, quando o Brasil declarou guerra contra os países do Eixo. A tese propõe inovar e ser diferente em relação aos demais trabalhos já existentes sobre esta temática, pois inverte a ótica de análise, ou seja, investiga as relações diplomáticas, políticas e militares da Alemanha em relação ao Brasil, baseando-se na documentação militar e diplomática das instâncias alemãs da respectiva área. Não se ignora o fato de que houve historiadores brasileiros e estrangeiros que investigaram a história do Brasil em relação à

[1] Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Alemanha, utilizando uma pequena parte da documentação diplomática alemã (DIETRICH, 2007; MORAES, 2005; LUTHER, 2004; SEITENFUS, 2003; GAUDIG e VEIT, 1997; MÜLLER, 1997; BARTEL, 1993 e 1991; GERTZ, 1991; HILTON, 1977; HARMS-BALTZER, 1970; ROHWER, 1968). Entretanto, nenhuma das obras historiográficas consultadas executou uma pesquisa documental mais aprofundada nos arquivos militares alemães sobre este tema, esquecendo ou ignorando que, com a eclosão da guerra, os interesses militares e diplomáticos se cruzaram.

A fim de alcançar os objetivos propostos para a tese foi executada a consulta e a sistematização das fontes primárias de três arquivos alemães. Primeiro se pesquisou no Arquivo Nacional Alemão, sobre as questões militares (*Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv*), em Freiburg. Historiadores brasileiros não tiveram contato com inúmeros documentos existentes neste arquivo. Depois, deu-se continuidade na pesquisa em Berlim, no Arquivo Nacional Alemão, referente aos assuntos relacionados com o período da história alemã denominado de *Reich* (*Bundesarchiv – Abteilung Deutsches Reich*). Por último no arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (*Auswärtiges Amt*), também na capital alemã, com seus documentos diplomáticos. Neste arquivo o processo de obter autorização para a pesquisa requereu que o Embaixador Brasileiro em Berlim apresentasse de forma oficial a pesquisa, além das cartas da coordenação do curso e do orientador. Este arquivo já foi utilizado por alguns pesquisadores; entretanto, a análise desta documentação, ou foi específica sobre determinado tema, ou quando tratou-se das relações diplomáticas incidiu mais na área econômica, não abordando o estreitamento das questões militares e diplomáticas.

A metodologia da tese consistiu no cruzamento de informações dos órgãos militares e diplomáticos, fato que gerou uma análise sinótica desta documentação. A possibilidade de saber quem escreveu e para quem foram endereçados os documentos, proporcionou uma análise do conjunto das informações elaboradas pelos diplomatas alemães sobre o assunto, dando condições de fazer uma intertextualidade entre os mesmos, isto é, tentar entender melhor a linha de raciocínio dos diplomatas e não apenas conhecer algumas afirmações, sem uma contextualidade de cada um dos documentos analisados (ORLANDI, 2005). Por outro lado, a análise do conjunto da documentação, em muitos casos, foi a única forma de entender documentos que abordavam assuntos específicos.

É importante esclarecer que a documentação pesquisada tem um linguajar específico, tanto a diplomática quanto a militar. Sendo que a última utilizou-se de termos exclusivos e que nem sempre foi possível a sua compreensão, além de alguns documentos estarem ainda em códigos.

As relações da Alemanha com o Brasil, entre 1937 e 1942, transcorreram em duas conjunturas históricas distintas: a primeira, de pré-guerra, que na tese, foi denominada de "**Anos anteriores ao início da guerra**"; período do surgimento e da consolidação dos regimes políticos na Alemanha e no Brasil em tempos de paz. A segunda, a partir de 1939, quando se iniciou a guerra, período nomeado na tese de "**Primeiros Anos da II Guerra Mundial**", quando a política diplomática alemã tinha como propósito auxiliar as ações e intenções geradas pelo conflito, e as forças armadas passaram a acompanhar e a influenciar as relações diplomáticas. Em síntese, pode-se afirmar que as relações diplomáticas, políticas e militares entre os dois países, de 1937 a 1942, foram de descontinuidades, isto é, a política externa era guiada pelas circunstâncias e não por uma continuidade ideológica. A partir de 1939, quando se iniciou a guerra, também houve a interferências da realidade da guerra, que gerou um objetivo: efetuar ações que levassem os países latino-americanos a permanecerem neutros no conflito.

Detalhando um pouco mais os acontecimentos, desde a segunda metade da década de 1930, houve certa proximidade política entre os governos de Getúlio Vargas e de Adolf Hitler; ainda que tivessem entendimentos divergentes sobre a concepção de nacionalidade. Isto porque o conceito de nação alemã remetia a um passado em comum e o brasileiro tentava projetar um futuro em comum. Estas divergências tiveram pouca importância no período em que ambos os países estavam estruturando sua política interna e externa, isto é, até fins de 1937.

Alemanha e Brasil procuravam obter um consenso interno para desenvolver a política externa, visando a integrar as massas e a superar as ideologias antagônicas e as lutas partidárias, isto é, a política interna influenciou as decisões da política externa (MILZA, 1996, p. 370 e ss; RODRIGUES, 1995, p. 27; MOURA, 1980). O governo do *III Reich* e seu corpo diplomático passaram por mudanças, que se consolidaram entre 1937 e 1938.

Outro fator que propiciou certa proximidade entre a Alemanha e o Brasil foram as relações militares. Na década de 1930, o referencial de poder no sistema internacional era a capacidade militar de cada país. Para atingir esse objetivo, o *III Reich* promoveu duas ações distintas: o desenvolvimento e a produção de armas; e a retomada do serviço militar obrigatório (1935). Ambas as ações interferiram diretamente nas relações com o Brasil. A retomada da produção de armamentos e o comércio de compensação possibilitaram às Forças Armadas Brasileiras assinar contratos, em março de 1938 e julho de 1939, para a aquisição de armas junto a um conjunto de empresas alemãs, lideradas pela Krupp. Estas tratativas aproximaram os militares dos dois países, pois ambos sairiam ganhando. Os militares

brasileiros estavam desejosos em aparelhar o exército, e o governo alemão estreitava ainda mais as relações com o Brasil. A questão do serviço militar pouco interferiu nas relações exteriores, mas gerou discussões na política interna e certo descontentamento por parte dos brasileiros.

Ao comparar o processo de estruturação do nazismo com as ações do regime de Vargas percebe-se que houve similaridades, por serem dois regimes autoritários. Entretanto, é preciso frisar que Hitler adotou um regime totalitário e Vargas presidia um regime de características apenas autoritárias.

A partir da criação do Estado Novo, em novembro de 1937, tentou se criar um sentimento nacionalista no Brasil, no qual seus habitantes demonstrassem traços identitários e de patriotismo. Para tal, a população deveria evidenciar características de uma vivência em comum, dentre elas, o uso da língua portuguesa no dia-a-dia, a desvalorização de símbolos culturais de outros países e o serviço militar obrigatório prestado no Brasil. Este novo contexto entrou em choque com o *Deuschtum* (política da preservação étnica) e com a concepção de pertencimento étnico dos alemães que, até fins de 1937, não se constituía em um problema. As ações deste período foram denominadas de Campanha de Nacionalização, várias atingiram os descendentes de imigrantes alemães e outras os *Reichsdeutsche* (cidadãos alemães). A diplomacia alemã se preocupou com as ações que atingiram os *Reichsdeutsche* Concomitantemente, foi decretada a proibição dos partidos brasileiros, em dezembro de 1937[2], e em abril foram proibidos todos os partidos estrangeiros, lei que atingiu o partido nazista ou NSDAP no Brasil.[3] A partir dessa guinada na política interna do Brasil, a diplomacia germânica começou a intervir oficialmente junto ao governo brasileiro, em defesa de seus compatriotas, que se viam perseguidos, sendo que os dois governos estavam defendendo sua concepção de nacionalismo.

Outra característica deste período é que somente em 1938, com a nomeação de Joachin por Ullrich Friedrich Willy Joachim von Ribbentrop, um partidário convicto da NSDAP, como ministro das Relações Exteriores da Alemanha, percebe-se uma interferência substancial na estrutura deste Ministério, pois, neste momento, a troca de ministros deixou clara a nova conjuntura: de um ambiente gerenciado pelo grupo vinculado às idéias do

[2] Decreto-lei nº 59 de 11 de dezembro de 1937.

[3] Em 18 de abril de 1938, Vargas editou o decreto-lei nº 383. Este proibiu os estrangeiros de exercerem atividades de natureza política e de interferirem nos negócios públicos do país (art. 1). Também foi proibida qualquer organização de caráter político, mesmo que fosse para representar os interesses do país de origem (art. 2). No entanto, permitiram-se associações de caráter cultural, beneficente e assistencialista, sem auxílio estrangeiro e com reuniões autorizadas (art. 3). As escolas também estavam proibidas de receber recursos do estrangeiro (art. 4)

nacional-socialismo. Esta reestruturação na Alemanha fazia parte do modo de governar do regime totalitário adotado no país, não podendo ser feita uma relação direta com o início da organização para a guerra, pois esta foi uma conseqüência da nova forma de governo e não a geradora deste regime político.

O grande interesse alemão nas relações com o Brasil era o comércio, porque a Alemanha carecia de matérias-primas diversificadas e produtos agrícolas, e também necessitava de um mercado consumidor para seus inúmeros produtos industrializados. Já o Brasil possuía uma diversidade de matérias-primas e também o desejo de consumir muitos produtos manufaturados. Decorrente dessa situação, ambos os países usufruíram de inúmeras vantagens através do comércio de compensação, porque foi possível atender às intenções comerciais do Brasil e da Alemanha.

Em 1938, a nível mundial, houve uma união forçada entre a diplomacia alemã e a NSDAP. No Brasil, com o decreto-lei nº 383 de abril de 1938, houve um aceleramento deste processo, porque não houve aceitação da proibição do partido nazista. Esse fato ficou explícito quando o chefe do partido nazista local, Hans Henning von Cossel, em junho de 1938, adquiriu a imunidade diplomática, porque passou a ocupar o cargo de adido cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Neste momento, von Cossel pôde exercer, na clandestinidade, seu papel de chefe da NSDAP no Brasil. Isto é, a embaixada havia incorporado na sua estrutura organizacional o representante do partido nazista no Brasil. Contudo, a partir do início do conflito na Europa, as ações da NSDAP tiveram que ser subordinadas à ação dos diplomatas.

A posição adotada pelo embaixador alemão, Karl Ritter, no primeiro semestre de 1938, nas relações diplomáticas com o Brasil estava em sintonia com os objetivos considerados relevantes pelo *Auswärtiges Amt.*[4] Este foi o período auge da intervenção nazista dentro da organização diplomática alemã, quando efetivamente as questões da preservação étnica, o *Deutschtum*, eram mais valorizadas que as relações exteriores tradicionais. Entretanto, uma ação de Ritter não foi respaldada pelo AA, trata-se da indelicadeza diplomática cometida em 21 de maio. Neste momento, Ritter estava defendendo de forma extremada o direito dos cidadãos alemães manifestarem sua participação política. Todavia, o governo alemão por não ter uma continuidade nas suas ações não respaldou a atitude de Ritter, demonstrando claramente, que não havia uma linha diplomática traçada para ser executada no Brasil.

[4] *Auswärtiges Amt* – Ministério das Relações Exteriores da Alemanha – sigla AA.

Para o governo brasileiro, este ato foi a "gota d'água" para inviabilizar o desempenho deste embaixador em solo brasileiro, fato que resultou na sua declaração como *persona non grata*. Como conseqüência, a Alemanha desencadeou uma ação de reciprocidade, isto é, Muniz de Aragão, embaixador brasileiro em Berlim, foi considerado *persona non grata* na Alemanha. Percebe-se que o cerne da questão era o choque entre as idéias de nacionalismo, pois Ritter defendia que os cidadãos alemães deveriam poder praticar o *Deutschtum*, o que incluía o direito à participação e a demonstrações partidárias da NSDAP, e o governo brasileiro desejava criar a nação do futuro, onde todos que morassem no Brasil deveriam ter uma cultura em comum.

A retirada dos embaixadores criou um problema nas relações políticas entre ambos os países, mas não houve grandes reflexos nas relações comerciais ou militares, estas permaneceram em desenvolvimento. Novamente, os acontecimentos proporcionam mais subsídios para a descontinuidade ideológica nas relações entre Alemanha e Brasil

Com o início da guerra na Europa, a diplomacia e o alto comando das forças armadas alemães, paulatinamente, entrelaçaram seus interesses. Entre setembro de 1939 e junho de 1941, ainda sobreviveu o predomínio das relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil.

Outro fato interessante, o início do conflito na Europa coincidiu com a retomada plena das relações políticas entre Alemanha e Brasil, pois embaixadores destes países reassumiram seus postos diplomáticos. Esta retomada ocorreu principalmente, porque a diplomacia alemã colocou a relação com o Brasil acima da preocupação com o partido e dos seus cidadãos demonstrarem sua filiação política.

No contexto do conflito mundial, as relações entre a Alemanha e os diversos países da América Latina tinham um único objetivo, a manutenção da neutralidade destes. Por isto, após cada nova conquista territorial da Alemanha, todas as missões diplomáticas na América Latina deveriam averiguar se permanecia a posição de neutralidade dos países em que estavam atuando.

Neste sentido, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, na pessoa do Curt Max Prüfer, cuidou para que as ações executadas pela diplomacia não fossem muito agressivas e acabassem interferindo na manutenção da neutralidade. Por isto, os temas Campanha de Nacionalização e proibição do partido nazista passaram a serem abordados de forma secundária por Prüfer junto ao governo brasileiro.

As relações comerciais entre a América Latina e a Alemanha foram interrompidas em função do bloqueio naval executado pela Inglaterra, ocasionando o corte de um dos principais elos entre Brasil e Alemanha. Para tentar amenizar a situação, o III Reich fez diversas

propostas, principalmente referentes à siderurgia, compra de navios e armas. Estas garantiam que, ao término da guerra, as relações comerciais retornariam à normalidade.

A partir de agosto de 1941, surgiram as primeiras dúvidas sobre a permanência da neutralidade latino-americana e brasileira no conflito mundial e a percepção alemã de uma proximidade cada vez mais intensa entre Brasil e Estados Unidos. Vargas pretendia manter a política externa em duas frentes, deixando abertas as possibilidades de negociação com EUA e Alemanha. Os elos que uniam a Alemanha e o Brasil, o comércio e as relações militares, estavam interrompidos e as relações políticas eram muito frágeis. Algumas ações demonstraram as intenções brasileiras, entre elas, o fechamento, em setembro de 1941, de postos diplomáticos brasileiros nos territórios conquistados pela Alemanha e a autorização para serem criados novos consulados estadunidenses no nordeste brasileiro. Isto é, quanto mais próximo do final do ano, maiores eram os indícios de uma possível mudança na posição brasileira e as declarações dos dirigentes tornavam-se, cada vez mais, inconstantes.

O ataque japonês ao território estadunidense, a declaração de guerra da Alemanha aos EUA e a posição de apoio dos países da América Central aos EUA, criou um clima de incertezas dos rumos que os demais países latino-americanos adotariam. Com o intuito de prever os acontecimentos, a diplomacia alemã e as forças armadas passaram a acompanhar os mínimos movimentos dos países sul-americanos, naquilo que se refere à manutenção de sua posição de neutralidade. Alguns militares brasileiros constituíram uma das principais fontes de informações. Durante a Conferência do Rio de Janeiro, as ações diplomáticas da Alemanha se intensificaram junto a autoridades brasileiras, no intuito de que o país continuasse sendo neutro no conflito. Entretanto, a diplomacia alemã não conseguiu interceder pessoalmente junto a Vargas e Aranha, e por isto teve de procurar outros parceiros.

A diplomacia e as forças armadas alemãs somente autorizaram seus subordinados no Brasil a destruir documentos comprometedores nos últimos dias de janeiro de 1942, quando estava evidente o corte das relações diplomáticas. Já o governo brasileiro, desde dezembro de 1941 estava preparando a retirada de seus encarregados. Fato que era de conhecimento da polícia alemã. Outro fato que também complicou as relações foram as ameaças feitas pela diplomacia alemã de que a decisão de ruptura seria o início efetivo de um conflito. Quer dizer, a Alemanha tentou de diversas formas impedir a decisão de corte nas relações diplomáticas; entretanto, desde dezembro de 1941, o Brasil já estava fazendo movimentos para a sua concretização.

Com a ruptura nas relações diplomáticas, em 28 de janeiro de 1942, foi necessário procurar governos que representassem os interesses dos cidadãos alemães e brasileiros.

Portugal passou a representar os brasileiros na Alemanha e a Espanha representou os alemães no Brasil. Contudo, para obter informações sobre as ações do governo brasileiro, a Embaixada Alemã de Buenos Aires repassava a correspondência enviada por Prüfer e pela espionagem, além de dados divulgados pela imprensa argentina.

O governo alemão, entre fevereiro e março de 1942, torpedearam 4 navios brasileiros. A reação oficial brasileira foi o decreto-lei nº 4.166. Contudo, a prisão dos *Reichsdeutsche*, que ocorria desde fevereiro foi a ação que mais preocupou o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, tanto que foram executados dois movimentos. Primeiro, em maio, houve o contato com a Cruz Vermelha Internacional para esta interceder junto ao governo brasileiro. Segundo, em junho, o próprio Ribbentrop ameaçou junto a diplomacia espanhola que, se o governo brasileiro não mudasse sua atitude, haveria retaliações aos cidadãos brasileiros na Alemanha. O resultado foi que, a partir de julho, a situação dos *Reichsdeutsche* presos melhorou.

O repatriamento dos diplomatas alemães e brasileiros transcorreu com tranqüilidade, pois foram atendidos os pedidos de ambos os lados. Prüfer tentou retardar sua saída do Brasil, porque acreditava que ampliaria o número de repatriados e também poderia analisar a situação brasileira *in loco*, mandando informações para a Alemanha, através de Buenos Aires. No entanto, a partir de agosto, o contexto se alterou e Prüfer retornou ao seu país.

Depois de maio de 1942, os navios mercantes brasileiros foram armados com pelo menos um canhão, para proporcionar maior segurança. Esta ação irritou tanto a marinha alemã que esta autorizou, na segunda quinzena de maio, que fossem atacados as embarcações mercantes sul-americanos armados que faziam o comércio com os Estados Unidos, com exceção dos navios argentinos e chilenos. Estas definições, tanto alemãs como brasileiras, ocasionaram novos afundados entre maio e junho.

Neste contexto, de ações e reações, a notícia de que a Força Aérea Brasileira atacou submarinos eixistas, sendo que um deles teria sido afundado, mesmo que a ação não foi confirmada pelos militares alemães e italianos, forneceu a certeza de que o Brasil pretendia executar atitudes de guerra, mesmo não a tendo declarado. Esta notícia intensificou a discussão no planejamento de um possível ataque alemão a portos brasileiros, que já estava estruturado dias antes. Este ataque não se efetivou em função da necessidade alemã de manter a posição de adotada pelos dois únicos países latino-americanos, Argentina e Chile. Estas ações e reações demonstram como estavam os ânimos dos governantes de ambos países.

Desde janeiro de 1942, Alemanha e Brasil, haviam cortado relações diplomáticas, não havendo, neste momento, declaração de guerra, mas ambos os países estavam agindo como

beligerantes. Em agosto, os ânimos estavam em ebulição. O Comando de Guerra da Marinha Alemã autorizou manobras na costa brasileira, ocasionando o ataque a 5 navios de passageiros e a morte de mais de 600 pessoas pelo submarino alemão U-507. Este ato foi a justificativa utilizada pelo Brasil para declarar guerra à Alemanha e à Itália. A situação não foi pior, porque a comoção dos argentinos e chilenos, juntamente com as declarações destes países, levou o *III Reich* a decidir pela retirada da frota naval alemã do litoral brasileiro e a suspensão de ações naquele momento. Esta situação demonstrou que não seria mais possível qualquer relações amistosa entre os governos de Hitler e Vargas.

Como já foi afirmado, fazer uma análise dos fatos destes anos como sendo um único contexto, ou, ainda, analisar os acontecimentos ocorridos entre 1938 a 1942 como fazendo parte do mesmo período induz a incoerências e generalizações, minimizando o intenso e rico contexto histórico. Um outro exemplo, nos anos analisados por esta tese, três diferentes diplomatas alemães responderam pela embaixada deste país no Rio de Janeiro. Karl Ritter foi o primeiro, e por muitos historiadores foi considerado o mais intransigente, com menores qualidades de negociação e partidário da NSDAP; entretanto, pelo conjunto da documentação diplomática, nota-se que foi o funcionário que tinha maior clareza de que seu trabalho consistia em defender os interesses dos cidadãos alemães e não dos descendentes de alemães. Werner von Levetzow e Curt Prüfer confundiam os interesses dos *Reichsdeutsche* e dos descendentes de imigrantes alemães, além de que o segundo só foi nomeado para o posto diplomático no Brasil depois de uma autorização do partido nazista. Entretanto, em função da necessidade de acalmar os ânimos dos brasileiros, isto é, um contexto diplomático e histórico muito diferente do vivenciado por Ritter, von Levetzow e Prüfer tiveram de ser mais ponderados nas relações diplomáticas, por isto foram considerados mais condizentes com a realidade brasileira. Muitos historiadores, ao compararem a atuação destes três diplomatas, esquecem-se de que apenas Ritter e Prüfer eram embaixadores, isto é, havia diferenças na função diplomática de cada um, além de que o contexto histórico e diplomático vivenciado por cada um destes personagens exigia ações diferentes.

As relações diplomáticas, políticas e militares foram guiadas pelas circunstâncias do contexto histórico vivenciado, isto é, as ações da política exterior foram sendo estruturadas aos poucos, pois não estavam pré-determinadas. Com o início da guerra na Europa, as ações diplomáticas foram subordinadas aos interesses militares, mas não há indícios de que o III *Reich* pensasse em conquista territorial na América. O processo de total rompimento foi lento, gradual e complexo. Em janeiro de 1942, o Brasil e a Alemanha cortaram relações

diplomáticas, em função de acordos realizados entre os países americanos, entretanto, somente com a declaração de guerra, em agosto, ficou explícito que o rompimento das relações diplomáticas entre os regimes vigentes nos dois países era total, sem nenhuma possibilidade de reatamento.

Portanto, estas são algumas situações e conclusões expressas na tese em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTELT, Dawid Danilo. **Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien im Rahmen der Deutsch-Brasilianischen Beziehungen 1931-1939.** Magisterarbeit. Freien Universität Berlin, 1991.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil.** Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2007.

GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. **Der Widerschein des Nazismus: Das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chile 1932-1945.** Hamburg/Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 1997.

HARMS-BALTZER, Käte. **Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938.** Berlin, 1970.

HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. (Retratos do Brasil; 105)

_____. **O Brasil e a crise internacional: 1930-1945.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977b.

_____. **O Brasil e as grandes potências: 1930-1939 : os aspectos políticos da rivalidade comercial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977c.

LUTHER, Tammo. **Volkstumspolitik des Deutschen Reiches – 1933-1938: Die Auslanddeutschen im Spannungsfeld zwischen Tradicionalisten und Nationalsozialisten.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política.** Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996, p. 365-399.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro.** Berlin: Metropol, 2005.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MÜLLER, Jürgen. **Nacionalsozialismus in Lateinamerika: Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945.** Stuttgart: Heinz, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso.** 6ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

RODRIGUES, José Honório. **Uma historia diplomatica do Brasil:** 1531-1945. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROHWER, Jürgen. **Die U-Boot-Erfolge der Achsenmächte 1939-1942**. München: Lehmanns Verlag, 1968.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil vai a Guerra**. 3ª ed. Baueri: Manole, 2003.